

APRESENTAÇÃO

Em tempos de transformações políticas, econômicas e sociais, em um período de turbulências nas agendas dos direitos humanos e garantias constitucionais mínimas, onde ocorre a criminalização dos movimentos sociais, e que o fazer-se ser político, tornou-se palavra suja, propomos uma leitura destes tempos de crise institucional para colocar o político no devido lugar que é o do discutir o bem público, no acesso ao conhecer, e somente ao conhecer entender, compreender e participar da dinâmica das ações sociais e culturais que movem o saber político e do funcionamento da política.

Para isso nesta terceira parte do livro, o tema fundamental será as políticas públicas e sociais na área de educação, cultura, esporte e saúde.

Em primeiro lugar é bom lembrarmos que estamos discutindo as políticas públicas no Brasil, conhecido como um país com um sistema político federativo e uma economia de mercado ainda dependente da exportação de commodities agrícolas e matérias-primas.

Desde a constituição da República (1889), o país apresenta um histórico de alternância entre períodos democráticos e ditatoriais, com a presença constante de sistemas políticos clientelistas, protagonistas políticos populistas e personalistas (Bresser-Pereira, 2014), uma elite patrimonialista e violenta (Maricato, 2006), e uma parcela expressiva da população privada de garantias mínimas de cidadania (Vasconcellos, 2014).

A última Constituição do Brasil, de 1988 (CF/88), institui no país um Estado Democrático de Direito, que vigora até os dias de hoje. A versão atual da CF/88 também estabelece importantes direitos universais ao povo brasileiro, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer e à moradia digna, o que, por sua vez, determina diretamente no desenvolvimento de políticas públicas para cada dimensão.

A virada do século XX para o século XXI ratifica a assunção de uma ideologia política que prioriza os fatores macroeconômicos enquanto constrói um acordo social que melhora as condições básicas de vida da população mais pobre sem que sejam comprometidos os privilégios da minoria poderosa que historicamente comandou o país (Singer, 2009).

Sem a devida formação política, a centralidade dos interesses do capital financeiro e a inserção cidadã pelo consumo reforçou a perspectiva de um “*modus vivendi*” fatalista e alienado, com o estabelecimento de rotinas centradas no trabalho intenso, escassos períodos de tempo livre e a consolidação de uma concepção coletiva de necessidade de adquirir produtos, com limitadas oportunidades para a vivência de ações políticas como ferramenta de transformação social. Esta conjuntura política e econômica teve forte influência sobre o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais. Buscamos discutir as políticas públicas dentro do cenário apresentado, propondo a produção de um documento que tenha como eixo as discussões de políticas públicas.

O texto que inaugura esta unidade discute a questão da educação, ***Educação inclusiva é educação para todos? uma análise das contradições na política de estado***, as pesquisadoras Mara A. C. Lopes e Maria Eliza M. Bernardes, analisam “os limites e possibilidades da educação inclusiva a partir da gestão de política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor frente a proposta de um contexto educacional específico”. As autoras propõem uma visão crítica das políticas instituídas buscando identificar as contradições para promover a autotransformação e a transformação da própria sociedade.

Ursula D. Peres e André G. Costa, no texto ***Financiamento e interfaces societais na política municipal de esporte da cidade de São Paulo*** propõem uma investigação das políticas municipais de esportes em São Paulo, em especial as interfaces sócio-estatais na estrutura da Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Recreação. Uma questão relevante deste capítulo é salientar que, apesar de todo o esforço da comunidade epistêmica em torno da construção do esporte como direito em 1988, a definição de um comando institucional para essa área, por meio da criação do Ministério do Esporte em 1995 e da busca pela consolidação de leis que expressassem essas conquistas a reorganização da estrutura da política pública de esportes, a partir da formação da criança, do jovem e do cidadão num espírito esportivo comum, não logrou o êxito desejado. Nesse cenário, uma preocupação comum no que diz respeito às políticas públicas de esporte trata-se da capacidade de durabilidade das mesmas, sendo que há uma longa tradição de produção de políticas no campo do esporte de forma pontual e que trazem benefícios a poucos indivíduos.

Marco Bettine e Guilherme Meyer discutem, no texto *As políticas públicas do não direito à habitação*, os movimentos populares de direito à moradia, o papel do Estado na produção de habitação de interesse social no Brasil e como as lutas sociais perpassam a sua institucionalidade e são por ele neutralizadas em função dos interesses de classe presentes na ação estatal.

Jorge Machado e Gisele Craveiro, *Inovação em políticas públicas: uma análise dos portais e ferramentas para disseminação*, propuseram a avaliação da disseminação da informação em portais relevantes sob a ótica da interoperabilidade e aplicação de tecnologias / formatos / licenças abertas. Suas análises apontam que portais de transferência de política não possuem um protocolo comum, não se comunicam entre si, não seguem um padrão de publicação e não possuem uma política de dados que permita a reutilização de conteúdo. Em resumo, eles não usam o potencial da web, não seguem os padrões mais básicos de publicação e têm funcionalidades muito limitadas.

O texto, *Participação política na gestão dos resíduos sólidos: programa lixo zero em Guarulhos-SP*, discute a participação política e os stakeholders em políticas ambientais. Ana Paula Fracalanza, Mariana Gutierrez Arteiro da Paz e Marina Gonzalbo Cornieri discutem a participação e o controle social no setor do saneamento básico. Buscando compreender o estabelecimento das fases de elaboração, implementação e monitoramento de uma política municipal de gestão de resíduos sólidos.

O texto, *Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos*, de Andreilissa Teresa Ruiz e Marcelo Vilela de Almeida, analisa o documento do Plano de Bairro do Jardim Lapenna. Apresentam as análises societais e o consideram um marco na participação cidadã, na coesão de um território em torno de interesses comuns, na conexão entre diversas instâncias de participação e nos diversos setores da sociedade (sociedade civil, academia e poder público).